

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo lança programa para parcelar dívidas tributárias 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adesão ao Simples será estendida a 31 de março 4

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Criptoativos entrarão na pauta do Senado 5

JORNAL DO DIA - ARAÇAJU - SE - POLITICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto reforça atuação de rede de tecnologia no combate à corrupção - TRIBUNA 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do INSS vai a R\$ 7.087,22 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

A multiplicação das previdências (Artigo) 10

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS faz alerta para evitar golpes 11

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Vai se aposentar em 2022? Veja as regras que valem agora para o seu caso 12

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Benefício deve aquecer a economia 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Inflação estoura a meta e fecha 2021 em 10,06%, maior índice em seis anos 15

ZERO HORA - RS - ARTIGOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A REFORMA TRIBUTÁRIA E O ANO DE 2022 (Artigo) 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

IPCA deve subir menos em 2022, mas incertezas preocupam 18

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

IBGE alega pressão de custos 19

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

PL projeta maior bancada na Câmara e quer mais ministérios 20

FEEB PR - NOTÍCIAS
ANFIP

IR: Defasagem da tabela chega a 134,52% e faz brasileiro pagar mais imposto 22

Quarta-Feira, 12 de Janeiro de 2022

SINAIT
ANFIP

Retrospectiva 2021 - SINAIT discute indenização de transportes com a SIT.....23

Governo lança programa para parcelar dívidas tributárias

ISrael medeiros

Depois de o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter vetado o Refis para microempreendedores individuais (MEI) e empresas do Simples Nacional, o Ministério da Economia divulgou informações sobre um novo programa de renegociação de dívidas tributárias para esses grupos, que consiste em duas medidas, publicadas ontem em edição extraordinária do Diário Oficial da União.

São elas o Programa de Regularização do Simples Nacional e o Transação do Contencioso de Pequeno Valor, ambos de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A primeira permite a microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que optaram pelo Simples Nacional ter melhores condições de desconto e parcelamento.

As empresas que entrarem no programa poderão dar uma entrada de 1% do valor total do débito, que pode ser dividido em até oito meses. O restante da dívida pode ser parcelado em até 137 vezes, com parcelas mínimas de R\$ 25 e descontos que podem chegar a até 100% das multas, juros e encargos legais. Os descontos devem se limitar, segundo o Ministério da Economia, a 70% do valor total do débito e serão calculados com base na capacidade de pagamento de cada empresa.

Já no caso da Transação do Contencioso de Pequeno Valor, os empresários que aderirem terão diversas opções de pagamento da dívida com condições especiais de parcelamento e descontos. A entrada também será de 1% do total da dívida, que pode ser parcelada em três vezes. Já o restante pode ser dividido em 9, 27, 47 ou 57 meses, com descontos que variam de 50 a 35%, de acordo com o prazo escolhido. Quanto menor o prazo, maior o desconto.

Para aderir ao edital, a dívida inscrita deve ser menor ou igual a R\$ 72.720 ? o equivalente a 60 salários mínimos. As parcelas nessa modalidade começam em R\$ 100, e a adesão não depende da capacidade de pagamento do contribuinte. As medidas valem apenas para quem tem débitos inscritos na Dívida Ativa da União, o que representa um total de 1,8 milhão de empresas. Desse total, 160 mil são microempreendedores individuais. O valor total das

dívidas do Simples Nacional ultrapassa os R\$ 137 bilhões.

As negociações serão feitas unicamente pelo formato digital, por meio do portal Regularize (regularize.pgfn.gov.br), da PGFN. Lá, é possível ter acesso aos serviços por meio do login gov.br, do governo federal, ou entrar com um novo cadastro. O processo pode ser feito por meio de senha, certificado digital ou através do portal e-CAC da **Receita Federal**. No portal, também é possível, emitir certidão de regularidade fiscal, regularidade do FGTS e consultar a lista de devedores da União.

O projeto que previa a renegociação de débitos tributários para MEIs e empresas do Simples foi vetado na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que justificou que havia um risco de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Constituição. A situação criou uma dor de cabeça para o Ministério da Economia. Na segunda-feira, o presidente chegou a prometer uma "solução parcial" para o problema após se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O veto do mandatário ainda pode ser derrubado pelo Congresso, após análise de parlamentares na volta do recesso do Legislativo, em fevereiro.

Adesão ao Simples será estendida a 31 de março

O Ministério da Economia bateu o martelo para a prorrogação do prazo de adesão ao Simples de 31 de janeiro para 31 de março, segundo informou ao Estadão o relator do projeto do Refis (parcelamento de débitos tributários) dos Microempreendedores Individuais (MEI) e das micro e pequenas empresas, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP).

Segundo ele, é primeiro passo para a solução do impasse depois que o presidente Jair Bolsonaro vetou a lei do Refis aprovada pelo Congresso. O secretário da **Receita Federal**, Júlio César Vieira Gomes, deve convocar reunião do Comitê Gestor do Simples Nacional para aprovar a prorrogação.

"Até 31 de março, está fechada a prorrogação. Aí, talvez até a reunião com a participação do Sebrae a gente passe para 30 de abril", disse o relator, que preside a Frente Nacional do Empreendedorismo.

Em paralelo, a Frente vai trabalhar para que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), convoque sessão do Congresso em fevereiro para tratar do veto, cuja derrubada é esperada pelo próprio Bolsonaro.

Para o relator, a abertura de dois programas para regularizar dívidas de empresas do Simples Nacional é boa, mas não resolve. "Não tem a universalidade que o Refis traria", disse.

"Eles fazem uma análise da capacidade contributiva de cada empresa, e aí pode variar.

Além disso, a portaria só atende àquelas dívidas que já estão na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), cerca de 60%", disse.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Criptoativos entrarão na pauta do Senado

O expressivo volume de recursos negociados em operações com criptoativos demanda uma iminente regulamentação específica que está sendo proposta no Senado por meio de três projetos de lei: PL 3.825/2019, de Flávio Arns (Podemos-PR), PL 3.949/2019, de Styvenson Valentim (Podemos-RN) e PL 4.207/2020, de Soraya Thronicke (PSL-MS).

O marco regulatório das criptomoedas está em debate há quase três anos no Senado.

Em dezembro foi realizada mais uma audiência pública sobre o tema. Relator das matérias, o senador Irajá (PSD- -TO) apresentou seu parecer na forma de substitutivo, que deverá retornar à pauta de deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já no mês de fevereiro.

Para Flávio Arns, autor do primeiro projeto apresentado sobre o assunto na Casa, é muito importante votar o projeto o quanto antes na Comissão.

"Nossa expectativa é de que ainda no início do ano seja colocado em votação.

Sabemos que este projeto é importante para o impacto das moedas virtuais, nos serviços referentes a operações realizadas com criptoativos em plataformas eletrônicas de negociação. Mas, principalmente, para combatermos os crimes relacionados ao uso fraudulento de ativos virtuais", afirmou o senador pelo Paraná.

No Brasil, as empresas negociadoras de criptoativos não estão expressamente sujeitas à regulamentação, seja do Banco Central ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que torna mais difícil ao poder público identificar movimentações suspeitas, segundo o senador Irajá.

Para o relator, o marco regulatório cria um ambiente de negócios transparente para as criptomoedas. "A própria mídia tem divulgado casos de pirâmides financeiras causando prejuízos a empresas e cidadãos. O mercado de criptomoedas dobrou de tamanho de 2019 pra cá, e esse marco estimula que continue crescendo, mas combatendo pirâmides financeiras, evasões, sonegações e outros crimes", expôs.

Diretrizes - O substitutivo define como ativo virtual a representação digital de valor que pode ser negociada

ou transferida por meios eletrônicos e utilizada para realização de pagamentos ou com propósito de investimento.

Ou seja, são moedas negociadas exclusivamente pela internet, excluindo-se desta lista as moedas soberanas (emitidas por governos) e as eletrônicas.

As criptomoedas nasceram da criptografia, conjunto de técnicas para proteger uma informação. Nesse caso, o detentor da criptomoeda só pode resgatá-la usando um código fornecido pelo vendedor. Em todo o mundo, o Bitcoin é a criptomoeda mais conhecida.

Empresas conhecidas como exchanges ou corretoras de ativos virtuais são as responsáveis por trabalhar com os recursos em criptomoedas.

Em texto, o relator classifica a prestadora de serviços de ativos virtuais como a empresa que executa, em nome de terceiros, pelo menos um dos serviços: resgate de criptomoedas (troca por moeda soberana); troca entre uma ou mais criptomoedas; transferência de ativos virtuais; custódia ou administração desses ativos ou de instrumentos de controle de ativos virtuais; ou participação em serviços financeiros relacionados à oferta por um emissor ou à venda de ativos virtuais.

Enquanto os senadores Soraya e Flávio Arns definiram, respectivamente, que a **Receita Federal** e o Banco Central deveriam ser os reguladores do mercado de moedas virtuais, Irajá propôs que caberá ao Poder Executivo a responsabilidade de definir quais órgãos irão normatizar e fiscalizar os negócios com criptomoedas.

A proposta do relator é de que o Executivo estabeleça normas alinhadas aos padrões internacionais para prevenir a lavagem de dinheiro e a ocultação de bens, e combater a atuação de organizações criminosas.

A senadora Soraya propôs e o relator manteve a ideia de instituição de um Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente (CNPEP). Irajá definiu que caberá à Controladoria Geral da União a normatização.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-12-01-2022/>

Projeto reforça atuação de rede de tecnologia no combate à corrupção - TRIBUNA

GILVAN MANOEL

Aguarda votação em Plenário o projeto de lei que fortalece a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab), que atua no compartilhamento de experiências, técnicas e soluções voltadas para a análise de dados financeiros e para a detecção da prática de lavagem de dinheiro e de crimes relacionados à corrupção.

Do senador Alessandro Vieira (Cidadania- SE), o PL 4.536/2021 confere status legal à Rede-Lab e aos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Labs-LDs) e garante a fonte de custeio para funcionamento desses órgãos, entre elas, 0,01% da receita das loterias de prognósticos numéricos (Mega-Sena, Lotofácil, Quina etc.) e recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O projeto também possibilita que a rede e os laboratórios estabeleçam parcerias com universidades e parques tecnológicos para treinamento e obtenção de pessoal para trabalhar na análise de dados.

O texto prevê ainda que a Coordenação da Rede-Lab poderá constituir comitês e grupos de trabalho, objetivando o aprimoramento das suas atividades. Cada órgão integrante será responsável pela autorização e compartilhamento de informações junto aos demais integrantes da Rede-Lab. O usuário que se valer indevidamente das informações obtidas por meio da rede estará sujeito a sanções administrativas, civis e criminais, previstas na legislação específica.

Regulamentação tratará da distribuição dos recursos, priorizando os projetos que desenvolvem a rede como um todo e o desenvolvimento dos Labs-LD com menor capacidade técnico-financeira esta belece o projeto, que altera o artigo 16º da Lei 13.756, de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e a destinação do produto da arrecadação das loterias, e o artigo 5º da Lei 7.560, de 1986, que criou o Funad.

A Rede-Lab conta com 59 laboratórios localizados nas polícias civis dos estados, nos Ministérios Públicos Estaduais, na **Receita Federal**, na Polícia Federal e, em razão de acordos de cooperação, em órgãos parceiros como o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Procuradoria Geral da União (PGU), a Procuradoria Geral da

Fazenda Nacional (PGFN), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Desde a criação da Rede-Lab, em 2014, foram analisados 17.186 casos, gerando cerca de 150.000 relatórios, e identificados R\$ 538 bilhões em ativos com indício de ilicitude.

A coordenação da Rede-Lab compete ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

No entanto, a Rede-Lab e os Lab-LDs têm enormes carências, tanto materiais (hardwares e softwares específicos para o processamento de grandes volumes de dados) quanto de recursos humanos capacitados para a análise dessas informações, ressalta Alessandro Vieira na justificativa do projeto.

Em 2020, só as arrecadações da Mega-Sena, da Lotofácil e da Quina foram de, respectivamente, R\$ 6,9 bilhões, R\$ 5,2 bilhões e R\$ 3 bilhões, o que asseguraria mais de R\$ 1,5 milhão por ano à Rede-Lab e aos Lab-LDs para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, ressalta Alessandro Vieira.

Vice Em um grupo de petistas, o nome do prefeito de São Cristóvão, Marcos Santana (MDB), começou a ser especulado como ideal para ser candidato a vice-governador na chapa do senador Rogério Carvalho (PT). Consultado, o prefeito disse que não foi sondado pelo senador, de quem já se declarou eleitor.

Maria No final de semana, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM) confirmou que foi convidada por Rogério para ser candidata a vice, mas não aceitou. Ela disse que não esquece da história da "cadeira vazia", mote da campanha para o Senado em 2014, quando disputou e perdeu a eleição para ela, por uma pequena margem de votos.

Hoje a senadora disse que é próxima do deputado federal Fábio Mitideri (PSD), um dos nomes cotados para o governo pelo bloco do governador Belivaldo Chagas.

Advogados A Ordem dos Advogados do Brasil -

Seccional Sergipe (OAB/SE) lança nesta quarta-feira (12), o programa Meu Primeiro Token, que disponibilizará gratuitamente o dispositivo para advogados e advogadas aprovados no último exame da Ordem realizado em dezembro do ano passado e que receberão suas carteiras. A entrega do dispositivo, que permite a certificação digital dos advogados em suas atividades, será feita juntamente com a entrega da carteira profissional no Plenário da OAB/SE.

Educação O deputado estadual e professor Iran Barbosa (PT) destinou R\$ 140 mil em Emendas de caráter impositivo, no Orçamento Anual do Estado para 2022, a serem aplicados na Educação. Foram sete emendas impositivas destinadas para este setor pelo deputado, que também é membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Alesse.

Materiais De forma criteriosa, o parlamentar petista indicou emendas que serão aplicadas pelo governo do Estado e por secretarias municipais de Educação em manutenção e aquisição de materiais didáticos e pedagógicos; para pequenos reparos de manutenção e aquisição de forro para escolas do Ensino Fundamental; assim como para a ação de educação empreendedora no "Programa Empreenda" para estudantes do curso de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Ceac O Centro de Atendimento ao Cidadão (Ceac), vinculado à Secretaria de Estado da Administração (Sead), encerrou o ano de 2021 com 815.074 atendimentos ao cidadão. É o que aponta o balanço de atividades feito pela direção do Ceac. Dos serviços ofertados durante o último ano, 272.291 foram realizados no Ceac do Riomar; 261.501 na Rua do Turista; 140.698 na unidade da Rodoviária; 88.839 no Aracaju Parque Shopping; 25.971 no município de Itabaiana, e em Lagarto 25.774 atendimentos.

Restrições A diretora geral da rede Ceac, Ana Paula Menezes, ressalta que durante todo ano de 2021 permaneceram as condições restritas para funcionamento com limitação em 50% da sua capacidade. Revela ainda que desde a implantação das medidas restritivas no estado de Sergipe, o Ceac tem investido na ampliação dos serviços oferecidos de forma online, para garantir mais conforto e segurança à população.

Receita Analistas-Tributários da **Receita Federal do Brasil** (RFB), reunidos em Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU) ocorrida dos dias 3 a 7 de janeiro, aprovaram os indicativos de mobilização encaminhados pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindireceita. Em conformidade com os indicativos, a categoria deliberou pelo estado permanente de AGNU; pela realização de Operações-

Padrão nas áreas de **tributos** internos, gestão corporativa e aduana; pela entrega de cargos em comissão, funções de confiança ou encargos; e pela não participação dos servidores do cargo em treinamentos, convocações e metas.

Acordo Desde ontem (11), os Analistas-Tributários encontram-se em regime permanente de AGNU. A medida, aprovada por 93% dos participantes da assembleia, se justifica pela eventual necessidade de convocação de AGNU imediata, face à gravidade do caso do descumprimento, pelo Poder Executivo, do Termo de Acordo nº 03/2016.

Operações Além desta iniciativa, os ATRFBs também aprovaram os indicativos que preveem a realização de Operações-Padrão nas atividades de fiscalização e controle aduaneiro nos portos, aeroportos e pontos de fronteira (aprovado por 87% dos votos), bem como nas atividades relacionadas às áreas de **tributos** internos e processos (aprovado por 89% dos votos).

Empregos Os baixos salários são a principal razão para a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que está pensando em mudar de emprego este ano, de acordo com pesquisa da empresa de recrutamento Robert Half. A pesquisa mostra que 49% dos trabalhadores com mais de 25 anos de idade pretendem mudar de emprego ou de área - mudança de carreira, em novo segmento ou profissão - este ano.

Salários Com remuneração e **inflação** registrando recordes que acabam com o poder de compra, a principal motivação para a mudança desejada por 37% dos que querem mudar de empresa e 31% dos que planejam trocar de área, é a busca por melhores salários.

Média Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre encerrado em outubro de 2021, quando a taxa de desemprego recuou para 12,1%, a renda média do trabalho voltou a cair e atingiu o menor nível em quase dez anos no país - R\$ 2.449 por mês.

Primeiro ano Mesmo enfrentando as limitações impostas pela pandemia, a vereadora Sheyla Galba (Cidadania) avalia como positiva sua atuação no primeiro ano de mandato na Câmara Municipal de Aracaju - CMA. Entre projetos de Lei, requerimentos, indicações e moções, foram mais de 400 proposições protocoladas no Parlamento, além de inúmeras visitas a comunidades e órgãos públicos para fiscalizar o cumprimento dos direitos do cidadão.

Informações Como forma de garantir mais

transparência sobre informações relacionadas ao Executivo, a parlamentar apresentou 88 requerimentos, solicitando dados sobre obras, programas sociais e demais ações da gestão. "Um dos destaques foi a cobrança de explicações à Secretaria Municipal de Saúde sobre a negativa de cintilografias para pacientes com câncer. Uma situação que foi levada também ao Ministério Público para que seja resolvida", enfatiza.

Crianças Com vacinação recentemente aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), as crianças entre 5 e 11 anos totalizaram 324 falecimentos por Covid- 19 desde o início da pandemia.

Este foi o número de óbitos para esta faixa etária registrados pelos Cartórios de Registro Civil brasileiros no período de março de 2020 à primeira semana de janeiro de 2022.

Cinco anos O levantamento mostra ainda que as crianças mais afetadas pela doença foram aquelas de cinco anos, com 65 mortes registradas, seguida pelas que tinham seis anos, com 47 registros, pelas de sete e pelas de 11 anos, ambas com 46 falecimentos registrados. Crianças de 10 anos totalizaram 43 óbitos, as de nove, 40, e as de oito, 37 mortes. Foram 162 falecimentos de crianças do sexo masculino e do sexo feminino.

Teto do INSS vai a R\$ 7.087,22

Rosana Hessel

A partir do próximo dia 25, os 36 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começam a receber as aposentadorias e pensões corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2021, que registrou alta de 10,16%. Com isso, o teto das aposentadorias passará de R\$ 6.443,57 para R\$ 7.087,22.

O INPC mede a **inflação** das famílias mais pobres, com renda de até cinco salários mínimos, e serve de base para o reajuste do salário mínimo e dos benefícios previdenciários pagos pelo **INSS**.

Procurado, o instituto informou que o Ministério do Trabalho e **Previdência Social** publicará uma portaria com todos os valores dos benefícios atualizados pelo INPC de 2021. "Conforme previsto em lei, o INPC serve como base para reajustar os benefícios do **INSS**. Ainda não há data certa para a publicação da portaria, mas ela deverá sair ainda esta semana", informou o órgão.

Dos 36 milhões de beneficiários do **INSS**, 23,4 milhões recebem um salário mínimo. Conforme a Medida Provisória nº 1.091/2021, publicada em 31 de dezembro de 2021, o piso salarial passou a ser de R\$ 1.212 a partir deste mês.

Conforme as estimativas da equipe econômica, para cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo, as despesas com benefícios da **Previdência Social**, abono, seguro desemprego e Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica de Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia (Loas/RMV) aumentam em R\$ 364,8 milhões por ano. Logo, neste ano, essas despesas da União devem crescer R\$ 40,1 bilhões na comparação com 2021 apenas pela correção do piso.

Prova de vida

Neste ano, o governo voltou a exigir, após três meses de suspensão, que os segurados do **INSS** façam a chamada prova de vida para continuar recebendo os benefícios.

A prova de vida deve ser feita junto ao banco pelo qual o segurado recebe os benefícios. É possível cumprir a exigência nos caixas eletrônicos da instituição, e alguns bancos oferecem, ainda, a possibilidade de que a atualização seja feita por meio de internet banking ou por meio de aplicativo. Idosos com idade superior a

80 anos ou com problemas de locomoção podem pedir visita em domicílio. Nesse caso, a solicitação deve ser feita pelo telefone 135 ou pelo aplicativo Meu **INSS**.

O **INSS** informa que a não realização da prova de vida, a partir de fevereiro, pode implicar o cancelamento dos benefícios, mas isso não ocorre de imediato. Numa primeira etapa, o benefício pode ser suspenso, mas o segurado terá três meses para regularizar o cadastro, o que também pode ser feito junto à instituição financeira responsável pelos pagamentos.

Passado esse prazo, o benefício pode ser cancelado. Mas, mesmo nesse caso, o segurado ainda tem a possibilidade de restaurar os pagamentos, mas precisará fazer isso no **INSS**.

A multiplicação das previdências (Artigo)

Renato Padredi

Após anos trabalhando nesta indústria, é interessante olhar para trás e ver o avanço da previdência privada no Brasil.

Desde a chegada dos planos PGBL e VGBL houve um crescimento significativo deste segmento que hoje já possui mais de R\$ 1 trilhão em reservas.

Mas será que a opção é melhor que a **Previdência Social**?

Dá para acreditar em produtos bancários e de seguradoras?

No planejamento de longo prazo, temos de avaliar todas as variáveis disponíveis, tanto as que dependem de nós como as que não dependem. E tais questões normalmente carregam um ar de desconfiança, sugerindo até uma possível "batalha" entre as previdências.

Uma versus a outra. Como se fosse uma partida de futebol ou um jogo em que o vencedor passa à próxima fase.

Particularmente, não acredito nessa disputa. Quando vejo o sinal "x", enxergo uma multiplicação. Imaginem só, a **Previdência Social** vezes (e não versus) a previdência privada.

Uma impulsionando a outra. Afinal, em uma multiplicação, se um dos fatores é zero, o todo é zero também.

É preciso entender que cada uma tem pontos positivos e fraquezas. Alguns fatores importantes: a **Previdência Social** tem garantias de aposentadoria, morte, invalidez e auxílios; na previdência privada, essas coberturas geralmente precisam ser adicionalmente contratadas. A primeira garante o recebimento de ao menos um salário mínimo, já na segunda não há valor mínimo ou máximo para receber.

Depende do planejamento do investidor.

Na **Previdência Social** os valores de contribuição são definidos e não podem ser alterados; na contratação do plano de previdência privada é possível fazer alteração nos valores de contribuição, resgates, portabilidade e escolha do fundo de investimento, de

acordo com o seu perfil.

São muitas as diferenças e nessa avaliação moram as oportunidades. Não é preciso escolher entre as opções, mas usufruir do melhor que cada uma oferece. Temos diferentes objetivos, estruturas familiares e situações financeiras, e devemos considerar tudo isso no planejamento da aposentadoria, além de buscar ajuda especializada até estarmos mais confiantes no caminho a trilhar.

Na multiplicação, a ordem dos fatores não altera o produto.

Então deixo aqui uma reflexão.

Se conseguíssemos aliar uma à outra, poderíamos evoluir para um cenário em que a **Previdência Social** complemente a previdência privada.

Assim, nossa sociedade estará bem mais preparada para uma longevidade inteligente e equilibrada. Afinal, uma coisa é certa: temos muitos anos de vida pela frente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INSS faz alerta para evitar golpes

Aposentados e pensionistas **INSS** sofrem constantemente com criminosos que tentam aplicar golpes tendo como iscas o crédito consignado e também na prova de vida. Por conta disso, o órgão voltou a fazer um alerta aos segurados que esses serviços não são realizados por meio de mensagens ou ligações telefônicas.

"O **INSS** não entra em contato por meio de mensagens de telefone ou aplicativos como WhatsApp, ligação ou e-mails para oferecer serviços de empréstimo consignado, nem envia motoboys para a casa dos beneficiários. Não devem ser passados, em nenhuma hipótese, dados como senhas e dados bancários", informa o **comunicado**.

Eventualmente, esses golpes são praticados em todo país. Além de dados pessoais, os estelionatários também pedem a transferência de dinheiro para a liberação de supostos benefícios.

Eles ligam para o segurado argumentando que ele teria direito a receber atrasados de valores pagos pela **Previdência Social**. Para a liberação do dinheiro, é solicitado que os segurados informem dados pessoais, além de efetuar o depósito de determinada quantia em uma conta bancária.

Outra prática fraudulenta aplicada é a da falsa revisão de benefício. Nesse tipo de golpe, os estelionatários abordam os segurados e afirmam que teriam direito a receber valores referentes a uma falsa revisão de benefícios concedidos em governos anteriores. Também é solicitada a transferência de dinheiro para outra conta para a revisão fraudulenta.

O órgão adverte que todas as revisões de benefícios são baseadas na legislação e os segurados não precisam fazer nenhum pagamento para ter direito.

O **INSS** também recomenda que os segurados não forneça dados pessoais, além de observar o remetente das mensagens, não clicar em links de e-mails ou mensagens de WhatsApp de remetentes que o segurado não conheça e não compartilhar nada nas redes sociais sem checar a procedência e a veracidade das informações.

Teto das aposentadorias do **INSS** vai a R\$ 7.087,22. Com a divulgação do INPC acumulado de 2021, os aposentados e pensionistas do **INSS** que recebem acima do salário mínimo terão reajuste de 10,16% neste ano. O valor do teto da Previdência subirá de R\$

6.433,57 para R\$7.087,22. Dessa forma, mais de 2,6 milhões de beneficiários vão ter os benefícios corrigidos.

O aumento de 10,16% também vale para outros benefícios da Previdência acima do salário mínimo como benefícios por incapacidade, auxílio-doença. O reajuste será aplicado a partir de 1º de fevereiro, quando será paga a folha de janeiro.

No caso dos beneficiários do **INSS** que recebem um salário mínimo, a correção ficou em 10,18%, um pouco acima do INPC de 2021.0 novo valor já havia sido definido no último dia de 2021, via Medida Provisória que estabeleceu o piso nacional em R\$ 1.212.

Mesmo que o salário mínimo tenha aumentado um pouco mais do que o INPC, os aposentados não terão ganho real, ou seja, acima da **inflação**. De acordo com o **INSS**, 23,4 milhões de pessoas recebem o mínimo. o pagamento será a partir do dia 25 deste mês. No total, 36 milhões de beneficiários recebem benefícios mensalmente do órgão.

Veja como resolver o problema Em caso de fraudes ou em que não reconheça o empréstimo, o instituto orienta o segurado a procurar imediatamente a instituição financeira e registrar também sua reclamação no Portal do Consumidor (consumidor.gov.br), para fins de tratamento e exclusão de descontos.

O próprio beneficiário pode solicitar o bloqueio de contratação de operações de crédito consignado por meio do Meu **INSS**, site ou aplicativo ou pela Central 135, que funciona das 7h às 22h, de segunda a sábado. O atendimento deste serviço será realizado à distância, não sendo necessário o comparecimento presencial nas unidades do **INSS**.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9885/12-01-2022.html>

Vai se aposentar em 2022? Veja as regras que valem agora para o seu caso

Felipe de Souza

As regras de transição da aposentadoria pelo **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**) mudam a cada ano. Desde a aprovação da reforma da Previdência, em 2019, há novas determinações, idades e valores para quem deseja se aposentar.

A transição é como se fosse uma ajuda para permitir que os trabalhadores em atividade há mais tempo possam se aposentar em condições mais favoráveis (como idade menor em relação à nova regra).

O UOL consultou os advogados Gustavo Valles, do escritório ARFM Sociedade de Advogados, e Evelyn dos Santos Almeida, especialista em direito previdenciário do Ferrareze e Freitas Advogados, para esclarecer quais são os pontos que mudaram neste ano.

O que é?

Uma fórmula criada para permitir a aposentadoria de quem começou a trabalhar cedo. É somada a idade da pessoa com cada ano de contribuição ao **INSS** para totalizar um número de pontos necessários para se aposentar.

O que mudou?

Em 2022 passaram a ser exigidos 89 pontos para as mulheres e 99 pontos para os homens.

O mínimo de pontos para se aposentar em 2019, quando a reforma foi editada, era de 86 para as mulheres e 96 pontos para os homens.

Essa pontuação deverá aumentar 1 ponto por ano, até atingir o máximo de 100 pontos para mulheres e 105 para os homens, explica Evelyn.

Exemplo: uma mulher que tinha, em 2021, 58 anos de idade e 30 de contribuição poderia se aposentar (somava 88 pontos). Agora, em 2022, será preciso ter, no mínimo, 89 pontos. Isso pode ser conseguido, por exemplo, com 59 anos de idade e 30 anos de contribuição (ou qualquer outra combinação, como 58 anos de idade e 31 de contribuição).

Qual o valor da aposentadoria?

Será de 60% do benefício integral (por 15 anos de contribuição para mulheres, e 20 anos para os homens), crescendo 2 pontos percentuais a cada ano a mais de contribuição.

Exemplo: se a mulher tiver 30 anos de contribuição, são mais 15 anos x 2 = 30 pontos percentuais. Somando com os 60%, dá 90% do benefício.

O beneficiário até poderá receber mais de 100% do salário médio de contribuição, só que o valor é limitado a até R\$ 6.433,57, o teto do **INSS** hoje.

O que é?

Com a reforma da Previdência, não é mais possível se aposentar exclusivamente por tempo de contribuição.

A regra de transição estabelece idade mínima para os segurados, além do tempo mínimo de contribuição de 30 anos para as mulheres e 35 para os homens.

Como era?

Desde a publicação da reforma da Previdência, o prazo para aposentadoria passou a ser de:

As idades mínimas aumentam seis meses por ano, até atingir o que foi estabelecido pela nova lei: aposentadoria de mulheres com 62 anos e homens com 65.

Como está agora?

Portanto, em 2022, a idade vigente para que uma pessoa possa se aposentar por esta regra é:

O tempo de contribuição não muda, sendo 30 anos para mulheres e 35 para homens.

Qual o valor da aposentadoria?

O benefício será calculado a partir da média de todos os salários de contribuição. Depois, vem a regra dos 60% sobre esse valor (considerando o benefício integral, por 15 anos de contribuição para mulheres e 20 para homens)

Aqui também o beneficiário poderá receber mais de

100% do salário médio de contribuição, mas o valor segue limitado a até R\$ 6.433,57.

Como era?

A alteração aconteceu apenas para mulheres. Antes, a regra exigia que elas tivessem no mínimo 60 anos para entrar com o pedido.

Após a publicação da reforma da Previdência, em 2019, a cada ano são somados seis meses nesse período

Como é agora?

Assim, a idade necessária para que a mulher possa se aposentar é 61 anos e 6 meses. Para os homens, sem alterações (65 anos).

Além da idade mínima necessária, o tempo de contribuição deve ser de 15 anos para mulheres e 20 anos para os homens que ingressaram após a reforma , acrescenta Valles.

O que é?

Essa regra se aplica aos segurados que, em 2019, precisavam de até dois anos para completar o tempo mínimo de contribuição. Ou seja, os homens que contavam com 33 anos e as mulheres com 28 anos de contribuição.

Para ter o direito à aposentadoria, o segurado precisa cumprir um período adicional, apelidado de pedágio , que corresponde a 50% do tempo que faltava para atingir o mínimo.

Exemplos:

Há mudanças em 2022?

Não. Segundo os advogados ouvidos pelo UOL , essa regra permanece inalterada. Porém, eles lembram que há aqui o chamado fator previdenciário , uma fórmula matemática que inclui:

Qual o valor do benefício?

O valor do benefício será a média das 100% maiores contribuições, descontado o fator previdenciário por meio de uma outra fórmula matemática.

Exemplo: se um trabalhador de 60 anos de idade e 35 anos de contribuição resolver se aposentar, o fator previdenciário referente a ele, segundo o cálculo, será de 0,85.

Supondo que a média dos salários seja de R\$ 1.000, o

valor da aposentadoria será de R\$ 850 (R\$ 1.000 x 0,85).

Eu já podia me aposentar desde antes de 2019 e não fiz o pedido. Se quiser agora, entro na transição?

Se você já cumpria os requisitos antes de 13 de novembro de 2019, quando a reforma entrou em vigor, você vai se aposentar com a regra antiga. Isso é previsto pela lei e deve ser cumprido pelo **INSS**.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/01/12/regras-aposentadoria-2022-inss.htm>

Benefício deve aquecer a economia

EDUARDO LAVIANO DA REDAÇÃO

O calendário de pagamentos do abono salarial PIS/Pasep, que terá início no dia 8 de fevereiro, foi confirmado na última segunda-feira, 10, pelo governo federal.

O PIS é pago pela Caixa Econômica Federal e é direcionado aos trabalhadores do setor privado. O Pasep, por sua vez, é pago por meio do Banco do Brasil para **servidores públicos** brasileiros.

O Ministério do Trabalho e Previdência não divulgou estimativa de quantos trabalhadores paraenses terão direito ao PIS/Pasep em 2022, mas, de acordo com o supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos do Pará, Roberto Sena, o pagamento dos benefícios deve representar um respiro importante para a economia local neste início de ano, que, ao que tudo indica, será difícil do ponto de vista econômico.

"Neste momento tudo ajuda.

Este ano vai ter uma série de inserções e pagamentos que vão fazer com que tenhamos um pouco de suspiro na economia. As pessoas vão receber quase um salário, em média, e a medida que você inicia o ano assim, isso aquece as perspectivas de consumo, já que a renda média do paraense caiu. É um recurso extra que você agrega a uma renda maior e principal e que chega em boa hora", afirma ele ao lembrar que mais da metade das famílias paraenses estão inadimplentes.

Possuem direito ao benefício aqueles trabalhadores que receberam pelo menos 30 dias de trabalho em 2020, trabalharam com carteira assinada em 2020, receberam, em média, até no máximo dois salários mínimos mensais em 2020 e estiverem inscritos no PIS/ Pasep há pelo menos cinco anos. É necessário ainda que a instituição responsável pelo vínculo empregatício tenha atualizado os dados do trabalhador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Mesmo que se enquadrem nos requisitos acima, os empregados domésticos e trabalhadores empregados por pessoa física (ou por pessoa física equiparada à jurídica) não têm direito ao benefício.

Letícia de Jesus sempre fica atenta aos calendários do benefício a cada ano e lembra da importância de ter todos os dados em mãos para acessar o site da Caixa.

"Estou sem planos ainda para o dinheiro mas provavelmente será para pagar contas mesmo, adiantar umas faturas.

A minha dica é sempre ter os dados da carteira de trabalho e da Rais atualizados, pra evitar dor de cabeça", afirma.

O valor pago a cada trabalhador pode chegar ao equivalente a um salário mínimo, calculado de forma proporcional à quantidade de meses trabalhados, mas, só recebe o valor máximo quem trabalhou os 12 meses do ano anterior.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37051&edicao=119154>

Inflação estoura a meta e fecha 2021 em 10,06%, maior índice em seis anos

Leonardo Vieceli

Em 2021, O poder de compra do brasileiro voltou a ser assombrado por uma **inflação** de dois dígitos. O IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulou variação de 10,06% no ano passado.

O índice é o maior desde 2015 (10,67%), informou nesta terça (n) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). À época, a economia atravessava recessão no governo Dilma Rousseff (PT).

O resultado de 2021 veio acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam 9,96%.

O IPCA é o indicador oficial de **inflação** no país. Com o resultado, o índice estourou com folga a meta perseguida pelo BC (Banco Central).

A meta de **inflação** era de 3,75% no ano passado, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, podendo chegar até a máxima de 5,25%.

Como manda o sistema de metas de **inflação**, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, teve de escrever uma carta para explicar o avanço do IPCA acima do intervalo de referência. Foi a sexta vez em que a autoridade monetária divulgou o documento desde a criação do sistema, em 1999.

A carta anterior havia sido escrita pelo antecessor de Campos Neto, Ilan Goldfajn, em janeiro de 2018. O texto era relativo à **inflação** de 2017, mas, na ocasião, o então presidente do BC se justificava por resultado ligeiramente inferior ao limite mínimo.

No ano passado, a disparada do IPCA foi impulsionada por uma combinação de fatores díspares.

Houve carestia de preços administrados, como combustíveis e energia elétrica, aumento de itens básicos para as famílias, como alimentos, inclusive por alterações climáticas que afetaram plantio e colheita de diferentes produtos, além de persistente ruptura na cadeia global de abastecimento de insumos industriais, especialmente chips.

"Uma **inflação** acumulada na faixa de 10% não estava no radar de ninguém no começo do ano passado. Ela se desgarrou de um padrão normal", afirma o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale.

"A **inflação** ainda não dá sinais de tranquilidade. O cenário é preocupante no início de 2022. Não vai ser fácil trazer a **inflação** de volta para a meta", completa.

No recorte mensal, o IPCA desacelerou para 0,73% em dezembro, após taxa de 0,95% em novembro. Ainda assim, o resultado veio acima das expectativas. Analistas consultados pela Bloomberg projetavam variação de 0,64%.

Outro dado que chamou a atenção no recorte mensal foi o avanço do índice de difusão. Esse indicador mede a proporção de bens e serviços com aumento de preços.

Em dezembro, o índice de difusão alcançou a marca de 75%. No mês anterior, havia sido de 63%.

O gerente da pesquisa do IPCA, Pedro Kislanov, relatou que componentes sazonais ajudam a explicar uma parte da **inflação** mais difusa.

Segundo ele, a procura por itens e serviços característicos da reta final do ano pressionou maior volume de preços. Além disso, houve uma recomposição de valores que haviam recuado com promoções na Black Friday, em novembro, indicou o analista.

Segundo o IBGE, o acumulado de 2021 foi influenciado principalmente pelo grupo de transportes. O segmento teve a maior variação (21,03%) e o principal impacto (4,19 pontos percentuais) no ano.

Em seguida, vieram os grupos de habitação (13,05%), que contribuiu com 2,05 pontos percentuais, e alimentação e bebidas (7,94%), com impacto de 1,68 ponto percentual. Juntos, os três responderam por cerca de 79% do IPCA de 2021.

"O grupo dos transportes foi afetado principalmente pelos combustíveis", disse Kislanov.

Com os reajustes nas bombas, a gasolina acumulou

alta de 47,49% em 2021.0 etanol, por sua vez, disparou 62,23%.

Outros destaques nos transportes foram os preços dos automóveis novos (16,16%) e usados (15,05%). Segundo Kislanov, os aumentos dos veículos estão relacionados ao desarranjo nas cadeias produtivas do setor automotivo.

No grupo habitação, a principal contribuição (0,98 ponto percentual) veio da energia elétrica (21,21%), que ficou mais cara com a crise hídrica.

Em alimentação e bebidas, a variação de 7,94% foi menor que a do ano anterior (14,09%). Mesmo assim, houve fortes aumentos em parte dos itens, como café moído, que subiu 50,24%, e açúcar refinado, que teve elevação de 47,87%.

"A alta do café ocorreu principalmente no segundo semestre, pois a produção foi prejudicada pelas geadas no inverno. Já o preço do açúcar foi influenciado por uma oferta menor e pela competição pela matéria-prima para produção do etanol", afirma Kislanov.

O avanço generalizado dos preços penaliza sobretudo os mais pobres. Em 2021, o Brasil passou a ter uma sucessão de casos de pessoas em busca de doações e até de restos de comida para alimentação.

Ionara Jesus Santos, 40, moradora de uma comunidade na zona sul de São Paulo, conta que atravessou o ano sofrendo com a escalada dos preços de itens básicos. Quase tudo foi ficando mais caro. Ao mesmo tempo, ela amargou perda de renda.

Antes da pandemia, Ionara trabalhava como diarista. Com a crise, as oportunidades sumiram. Não consegue trabalho e busca doações para alimentar os quatro filhos.

Hoje, a renda familiar se resume ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) recebido pela filha de 21 anos, que teve paralisia cerebral, diz a diarista. O valor do benefício é de um salário mínimo mensal.

"É difícil ver um filho com fome e não ter muito o que fazer. Estou dependendo de doações. Tudo ficou caro na pandemia", afirma.

"Gostaria de voltar a ter um emprego, de ter um dinheiro para manter a família. No mercado, a gente não pode comprar carne ou um arroz mais decente, escolhemos sempre o mais barato", acrescenta.

Uma sucessão de choques vista ao longo de 2021 está por trás da escalada dos preços.

Depois de desalinhar cadeias produtivas globais, a pandemia seguiu provocando escassez de insumos no mercado internacional em 2021. Com a falta de matérias-primas e a reabertura da economia, os preços ficaram mais altos em diferentes regiões.

No Brasil, a pressão foi intensificada pela desvalorização do real ante o dólar. A moeda americana subiu em meio a turbulências na área política protagonizadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

O câmbio elevado também encareceu os combustíveis. Isso ocorreu porque o dólar é levado em consideração pela Petrobras na hora de definir os preços nas refinarias de itens como a gasolina, com grande peso no IPCA.

A **inflação** brasileira ainda foi turbinada pelos choques climáticos no ano passado.

Para tentar conter a alta dos preços, o BC vem subindo a taxa básica de juros. O efeito colateral da Selic mais alta, atualmente em 9,25% ao ano, é inibir investimentos produtivos na economia, já que as linhas de crédito ficam mais caras. Falta de investimentos também tende a frear a geração de empregos e retardar ainda mais a retomada.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49788&anchor=6448421&pd=3bcbe3d88e39a7d54412a360440a66ca>

A REFORMA TRIBUTÁRIA E O ANO DE 2022 (Artigo)

CLÁUDIO LEITE PIMENTEL Advogado tributarista
pimentel@pimenteladvogados.com.br

momentaneamente, no país e não nos seus interesses eleitorais. Utopia?

A **reforma tributária** não andou no ano de 2021. A bem da verdade, afirmo que o tema retrocedeu, já que o senhor Paulo Guedes pretendeu implantar uma minirreforma para onerar ainda mais os contribuintes.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20220112#page/1>

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, prometeu fazer este tema avançar no Congresso (tratando-o como uma possível bandeira de campanha eleitoral). O fato é que a **reforma tributária** no país é uma necessidade inadiável diante do quadro social e econômico que vivemos.

A **inflação** oficial de 2021 foi de 10,06% (IPCA). Mas, indago, qual será o reajuste da tabela do Imposto de Renda? O que se vê é que, por meio da não correção da tabela, há confisco sobre a renda das pessoas físicas. Por outro lado, as empresas são oneradas por estes processos inflacionários: câmbio em alta, juros em alta, quadro recessivo. Governos gastando mais do que arrecadam em períodos eleitorais e não eleitorais, e movimentos políticos se articulando no sentido de driblar a lei de responsabilidade fiscal. Ou seja, situação caótica.

É preciso racionalizar a tributação no país e que os governos revisem seus gastos. Quais as saídas para este quadro? A **reforma tributária** é uma das possibilidades existentes. Simplificar o sistema tributário, desonerar produção e consumo, reajustar a tabela do Imposto de Renda de modo a impedir que a **inflação** ataque a remuneração dos trabalhadores; implementar a tributação de grandes fortunas, acabar com **tributos** como PIS e Cofins (cuja complexidade e incidência sobre a mesma base são extremamente onerosas e motivadoras de infundáveis discussões administrativas e judiciais), reformar ICMS, IPI e ISS.

E preciso racionalizar a tributação no país e que os governos revisem seus gastos, de modo que os recursos arrecadados com **tributos** sejam corretamente aplicados. O país não mais suporta orçamentos secretos, fundos eleitorais, emendas orçamentárias etc. Ao não se avançar na **reforma tributária**, o país perde capacidade de investimento, produção, consumo e renda.

E hora de os políticos pensarem, ao menos

IPCA deve subir menos em 2022, mas incertezas preocupam

Leonardo Vieceli

A inflação tende a desacelerar até o fim de 2022, mas ainda deve seguir como motivo de preocupação nos próximos meses, projetam economistas.

Para a maioria, o cenário carrega riscos que podem gerar novas surpresas negativas sobre os preços.

Entre as ameaças, estão eventuais turbulências da corrida eleitoral, que costuma impactar a taxa de câmbio, elevar os preços no mercado interno e pressionar a inflação.

"Vai ser um ano ainda difícil, e as incertezas dificultam o combate à inflação", diz o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale.

Na prática, o termo desacelerar não representa queda dos preços. Significa apenas um avanço menor da inflação. Ou seja, os preços tendem a seguir em alta, mas em um nível mais fraco do que em 2021.

O que preocupa analistas é a persistência da inflação em um quadro de atividade econômica fragilizada, como é o caso atual.

Em 2022, o PIB deve crescer apenas 0,28%, conforme a edição mais recente do boletim Focus. Algumas instituições chegam a projetar retração na atividade.

O país também corre o risco de registrar o segundo ano seguido de estouro da meta de inflação perseguida pelo BC.

Em 2022, o teto da meta é de 5%. Porém, analistas do mercado financeiro projetam IPCA de 5,03% ao final do ano, conforme o boletim Focus. "A projeção em 2022 é de inflação perto de 5%, sobre um ano em que a alta foi de cerca de 10%. O IPCA deve perder ritmo, mas continuar com um avanço forte", analisa a economista-chefe do banco Ourinvest, Fernanda Consorte. Leia mais nas págs. A12 e A13

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49788&anchor=6448421&pd=3bcbe3d88e39a7d54412a360440a66ca>

IBGE alega pressão de custos

A **inflação** elevada no País em 2021 foi resultado, sobretudo, de uma pressão de custos. A melhora da pandemia, com o maior alcance da vacinação da população contra a covid-19, resultou em recuperação da demanda no segundo semestre, mas os aumentos de preços monitorados pelo governo foram preponderantes no ano, como combustíveis, energia elétrica e gás de botijão. A avaliação é de Pedro Kislavov, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,73% em dezembro. Como consequência, a taxa acumulada pelo IPCA em 2021 foi de 10,06%, a mais elevada desde 2015, ante uma meta de 3,75% perseguida pelo Banco Central.

"Teve alta principalmente no segundo semestre da demanda pela alta da circulação de pessoas, melhora da pandemia, mas alguns setores ainda têm sofrido bastante. Inclusive agora, com a variante ômicron, talvez alguns setores que estão em recuperação podem ter algum prejuízo, como é o caso das passagens aéreas. A **inflação** do segundo semestre ficou superior à do primeiro semestre do ano, o que evidencia a recuperação da demanda. É muito cedo pra gente falar em retomada econômica de fato. Se a gente pegar os próprios indicadores que o IBGE divulga, a gente vai ver quedas consecutivas, na produção industrial, nas vendas no varejo, no próprio **PIB** do terceiro trimestre", enumerou Kislavov.

O IPCA acelerou de alta acumulada de 3,77% no 1º semestre de 2021 para 6,07% no 2º semestre.

Kislavov lembra que o dólar valorizado ante o real também faz os preços de produtos importados se manterem em patamar elevado.

No ano de 2021, 88% dos produtos investigados tiveram elevação de preços, ante uma fatia de 79% em 2020.

Apesar da disseminação de preços com aumentos, os 10 itens de maior impacto sobre a **inflação** de 2021 responderam juntos por 58,65% da alta do IPCA.

Os combustíveis subiram 49,02% ao longo de 2021. As passagens aéreas aumentaram 17,59%, e os transportes por aplicativo, 33,75%. Em Alimentação e bebidas, a alimentação no domicílio aumentou 8,24%. As maiores altas ocorreram no café moído (50,24%,

com impacto de 0,15 ponto porcentual), mandioca (48,08%) e açúcar refinado (47,87%).

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10755>

PL projeta maior bancada na Câmara e quer mais ministérios

VINÍCIUS VALFRÉ FELIPE FRAZÃO BRASÍLIA

A possível consolidação do PL como a maior bancada da Câmara a partir de março, quando deputados poderão mudar de partido sem perder o mandato, aumenta o apetite do novo partido do presidente Jair Bolsonaro na reforma ministerial.

Até agora, pelo menos 12 dos 23 ministros devem deixar os cargos até o fim daquele mês para disputar eleições. A mudança deve desfigurar o primeiro escalão do governo, que hoje tem apenas nove remanescentes da composição original.

Parlamentares do PL, sigla controlada por Valdemar Costa Neto - condenado e preso no mensalão -, consideram natural o aumento de cargos na Esplanada para o partido. A previsão ali é de que a bancada na Câmara, impulsionada pela entrada de Bolsonaro no PL, passe de 43 para até 70 deputados na "janela partidária" - prazo de 30 dias que os parlamentares têm para trocar de sigla.

A expectativa de mudanças já começou a provocar disputas.

O embate opõe políticos de carreira, técnicos, integrantes da ala ideológica e até militar.

Um dos exemplos é a recente "fritura" da ministra chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda (PL-DF).

Contestada até na Câmara, de onde se licenciou, sob o argumento de que não cumpre acordos para distribuição de emendas parlamentares, ela viu circular o nome do chefe de gabinete de Bolsonaro, Célio Faria Junior, como cotado para lhe suceder. Com histórico de cargos na Marinha, Faria Junior é amigo do presidente.

No Palácio do Planalto, auxiliares de Bolsonaro dizem que as substituições devem ocorrer "sem surpresas", com a promoção dos secretários executivos ao primeiro escalão. Integrantes do PL e de outras siglas do Centrão, como o Progressistas e o Republicanos, afirmam, porém, que não é bem assim.

"Cabe ao presidente decidir, mas, em determinadas pastas, é preciso encaminhar mudanças", afirmou o

líder do PL na Câmara, Wellington Roberto (PB). "Às vezes, a indicação do secretário executivo é de um ministro, não de um partido", emendou ele, para quem o partido deve ser consultado.

COMPENSAÇÃO.

Flávia Arruda pretende concorrer ao Senado.

Aliados de Bolsonaro no Centrão apostam que a saída do PL da equipe será compensada com um assento no Ministério de Infraestrutura. A pasta absorveu funções da área de transportes, que foi controlada pelo PL em governos passados.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, deve se filiar ao PL para concorrer ao governo de São Paulo. Tudo está sendo preparado para que o substituto de Tarcísio seja Marcelo Sampaio, atual secretário executivo e genro do general Luiz Eduardo Ramos, chefe da Secretaria-Geral da Presidência. No acordo, caberia a Valdemar Costa Neto chancelar Sampaio e as demais secretarias de Infraestrutura.

Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Evair de Melo (Progressistas-ES) confirmou ao Estadão que as cúpulas do PL, do Progressistas e do Republicanos - tripé de apoio à reeleição de Bolsonaro - têm participado das negociações para a reforma ministerial do fim de março.

"Não vai ter ruptura. Naturalmente, pode ter um caso ou outro que tenha que fazer uma acomodação, mas não tem nada de surreal. Valdemar, Ciro Nogueira (ministro da Casa Civil) e Marcos Pereira (presidente do Republicanos) serão ouvidos.

Dos 12 nomes que podem sair, acho que uns oito saem de fato. Se puder subir o secretário executivo, sobe", disse ele.

CALENDÁRIO.

A lei eleitoral exige que ocupantes de cargos públicos deixem seus postos seis meses antes das eleições. O prazo vence em 2 de abril. Na prática, os sucessores dos ministros teriam cerca de oito meses nos cargos, com o ônus das restrições de entregas e inaugurações do período eleitoral.

Pereira tem dito que não pretende ampliar o espaço do Republicanos na Esplanada. O partido tem o Ministério da Cidadania, com João Roma (BA), e pretende manter a pasta com a saída dele para concorrer ao governo da Bahia.

Os ministros-candidatos intensificaram agendas em seus redutos. Uma parte tirou férias neste mês para ir ao encontro de eleitores e grupos políticos e visitar igrejas. Foi o caso de Tarcísio, Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Fábio Faria (Comunicações) e Anderson Torres (Justiça).

"O presidente vai saber respeitar a proporcionalidade dos partidos. E isso pode se refletir na formação do novo governo", disse o líder da bancada da bala, deputado Capitão Augusto (PL-SP). Líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR) afirmou, porém, que a entrada de Bolsonaro no PL não renderá, por ora, mais cargos ao partido. O Progressistas, legenda do ministro Ciro Nogueira e do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), nega que reivindique mais espaço na reforma

- Substituições No Palácio do Planalto, auxiliares de Bolsonaro dizem que as trocas devem ocorrer "sem surpresas"

- Para entender

Ministros devem sair para disputar eleições

Debandada

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que, dos 23 ministros, 12 podem deixar o governo nos próximos meses para concorrer nas eleições deste ano.

O prazo para a desincompatibilização dos auxiliares termina em abril.

"Escolha interna"

"Já começamos a pensar em nomes para substituí-los, e alguns já estão mais que certos.

A maioria será por escolha interna, até mesmo porque seria um mandato-tampão até o fim do ano", afirmou Bolsonaro durante entrevista no fim de semana.

Filiação

Em novembro, Bolsonaro selou sua volta ao Centrão ao se filiar ao PL pelas mãos de Valdemar Costa Neto (foto). Agora, com uma **reforma ministerial** no horizonte, a sigla quer ampliar espaço na Esplanada.

Expectativa

Pelos cálculos do PL, a bancada do partido na Câmara, impulsionada pela filiação de Bolsonaro, deve passar de 43 para até 70 deputados na chamada "janela partidária".

Raio

Atualmente o terceiro maior partido da Câmara, o PL teve acesso em 2020 a um fundo eleitoral de R\$ 117 milhões e a um Fundo Partidário de R\$ 45,7 milhões.

Pasta

A legenda detém, atualmente, o comando da Secretaria de Governo, com a deputada licenciada Flávia Arruda (foto).

A ministra pretende tentar em outubro uma vaga no Senado.

Vagas

Além de Flávia Arruda, devem sair do governo para tentar a sorte nas urnas os ministros Tarcísio de Freitas, Marcelo Queiroga, Tereza Cristina, Fábio Faria, Rogério Marinho, Onyx Lorenzoni, João Roma, Anderson Torres, Gilson Machado, Marcos Pontes e Damara Alves.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IR: Defasagem da tabela chega a 134,52% e faz brasileiro pagar mais imposto

Sem a correção da tabela, brasileiros pagam cada vez mais **impostos**

Com a divulgação de que a **inflação** no Brasil atingiu 10,06% em 2021, a defasagem da tabela do Imposto de Renda chegou a 134,52%, segundo cálculo feito pelo Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**). Isso significa que todos os contribuintes pagam mais imposto ano a ano.

De acordo com o levantamento do sindicato, a **inflação** acumulada desde 1996 na tabela do IR chegou a 391,62%, enquanto as correções na tabela ficaram em 109,63% no mesmo período.

Bolsonaro descumpre promessa de campanha

Em 2022, o governo decidiu não corrigir a tabela mais uma vez, no sétimo ano seguido sem reajuste. Assim, o presidente Jair Bolsonaro entra em seu quarto e último ano de mandato sem cumprir sua promessa de campanha de subir a faixa de isenção para cinco salários mínimos (correspondente a R\$ 6.060 em 2022).

Hoje, a isenção é só para quem ganha até R\$ 1.903,98. Levantamento da Unafisco Nacional (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**) mostra que, sem correção, 15,1 milhões de pessoas que deveriam ser isentas terão que pagar o imposto em 2022. Além de esse grupo sofrer a mordida do Leão, os ganhos de quem já pagava o IR passarão a sofrer uma mordida maior.

Depois que a proposta de reforma do IR travou no Senado, havia a expectativa de que o governo concedesse a correção da tabela via Medida provisória (MP), como já aconteceu nas gestões de presidentes anteriores. No final das contas, porém, o governo decidiu não fazer nenhuma correção. (Fonte: UOL)

Notícias Feeb Pr

Site: <https://www.feebpr.org.br/noticia/infU-ir-defasagem-da-tabela-chega-a-13452-e-faz-brasileiro-pagar-mais-imposto>

Retrospectiva 2021 - SINAIT discute indenização de transportes com a SIT

Publicada em: 11/11/2021

Por Solange Nunes

Edição: Andrea Bochi

O presidente do SINAIT, Bob Machado, e o subsecretário da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, Rômulo Machado, reuniram-se virtualmente no dia 29 de outubro para tratar da atualização da Indenização de Transporte.

Bob Machado reiterou o pedido de atualização no valor da indenização de transporte e de outras medidas sobre o tema, com o objetivo de dar celeridade para as ações desenvolvidas pela categoria.

Na ocasião, o subsecretário Rômulo Machado disse que a SIT está comprometida com as solicitações do Sindicato Nacional. "Estamos em tratativa com a Diretoria da Administração e Logística do ME e com a coordenação-geral de unidades descentralizadas, pra superar os entraves orçamentários e jurídicos para possibilitar o uso do Taxigov".

O subsecretário explicou ainda que a SIT pretende fazer uma provocação formal interna para o reajuste da indenização. "É um pleito justo. Estamos estudando a situação e como podemos superá-la".

O presidente Bob Machado colocou-se à disposição para contribuir com ideias e soluções para as demandas. "O SINAIT pode ajudar no que for possível para dirimir dúvidas e possui um histórico relevante sobre o tema que faz parte da pauta permanente de reivindicação da categoria".

Histórico das ações

O Sindicato Nacional desde sua criação no dia 7 de outubro de 1988 defende a construção e desenvolvimento da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho. Entre os temas que permeiam as reivindicações da categoria, o SINAIT destaca a indenização de transporte e diárias.

A tratativa faz parte da pauta permanente do Sindicato Nacional que perpassa várias gestões, à exemplo, da negociação conjunta, em 2009, com o grupo Fisco

Federal.

Durante as negociações nos últimos anos, as entidades pleitearam mudanças no Decreto nº 3.184, em que o Sindicato Nacional propôs alteração no decreto para possibilitar reajuste anual da indenização de transporte.

As entidades - SINAIT, **Anfip** e Sindifisco Nacional - também produziram um estudo técnico que foi entregue em 2010 ao secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, sobre a indenização de transporte paga aos Auditores-Fiscais do Trabalho e da **Receita Federal do Brasil**. À época, as entidades pleitearam reajuste no valor pago, que se encontrava congelado há cerca de 11 anos.

Em 2011, as negociações continuaram. Neste período, o Ministério do Trabalho e Emprego publicou duas portarias que tratou dos limites de despesas com passagens e diárias para a pasta, em desacordo com o número de ações fiscais realizadas na época. O SINAIT, então, solicitou modificações nas Portarias a fim de sanar estes problemas detectados pela categoria.

Em janeiro de 2012, o responsável no Planejamento pelas negociações com as carreiras Duvanier Paiva sofre um infarto e morre. Há anos à frente de negociações sindicais, provocou uma quebra de interlocução. No entanto, o reajuste na indenização de transporte era um dos pleitos defendidos na mesa de negociação.

A demanda voltou ao destaque, em 2016, quando a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) emitiu a Nota Informativa nº 14. O documento tratava dos meios de transporte utilizados pelos Auditores-Fiscais do Trabalho em ações de fiscalização. O tema foi debatido em várias reuniões da Diretoria Executiva Nacional (DEN) do SINAIT. Nesta época, a Campanha Salarial defendia o reajuste da Indenização de Transporte.

Em 2021, o tema continua na pauta do SINAIT e é abordado em todos os fóruns pertinentes. É uma articulação que já está na mesa da gestão atual do Sindicato Nacional.

A reunião do dia 29 de outubro é mais uma cobrança para que seja dada a atenção devida ao pleito, principalmente, na estrutura do novo Ministério do Trabalho.

Site: [https://www.sinait.org.br/site/noticia-view/?id=19626/retrospectiva 2021sinait discute indenizacao de transportes com a sit](https://www.sinait.org.br/site/noticia-view/?id=19626/retrospectiva%202021sinait%20discute%20indenizacao%20de%20transportes%20com%20a%20sit)